

## Prefeita de Magã© e MP-RJ batem boca pelos jornais

A Associaã§ã£o do Ministã©rio Pãºblico do Rio de Janeiro (Amperj)farã; nesta sexta-feira (19/1) sessã£o de desagravo para os promotores e procuradores acusados de perseguir a prefeita de Magã© (RJ), Nãºbia Cozzolino, denunciada pelo MP-RJ em uma aã§ã£o de improbidade administrativa.

A guerra entre a prefeita e o Ministã©rio Pãºblico fluminense esquentou quando um recurso do processo chegou ao Supremo Tribunal Federal. Lã; a atuaã§ã£o do MP sofreu uma severa crãtica do ministro Gilmar Mendes. Para o ministro, o MP usa as aã§ã£es de improbidade administrativa para promover interesses pessoais, corporativistas e polãticos. (veja a reportagem [aqui](#)).

Foi o que teria acontecido no caso da aã§ã£o proposta contra a prefeita. No caso especãfico, Nãºbia Cozzolino pedia ao Supremo foro privilegiado nas aã§ã£es que responde por improbidade administrativa. Por questães processuais, o ministro negou o pedido da prefeita, mas abriu o verbo em cima da atuaã§ã£o do MP.

Depois de citar situaã§ã£es em que o MP teria usado a aã§ã£o de improbidade administrativa para fins pessoais, corporativistas ou polãticos, o ministro afirmou que o foro privilegiado ã© a maneira que as autoridades tãam para se proteger contra perseguiã§ã£es polãticas ou pessoais.

### Pã© de guerra

A afirmaã§ã£o do ministro encorajou a prefeita a se defender publicamente das acusaã§ã£es. O jornal *O Globo* de 5 de janeiro publicou um informe publicitãrio afirmando que o Supremo tinha reconhecido que a prefeita era perseguida pelo MP. Segundo o texto, sem assinatura, tudo porque Nãºbia denunciou um promotor â??que comprou declaraã§ã£o falsa com o prãprio cheque, para servir de prova na Justiãsa, no intuito de tirar vantagem financeira dela e de sua famãliaâ?•. De acordo com o texto, â??a farsa montada pelo promotor de Justiãsa foi descoberta. Mas os promotores nã£o perdoaram e passaram a perseguirâ?•.

A publicaã§ã£o do informe publicitãrio da prefeita gerou pronta reaã§ã£o do MP. Uma assemblã©ia geral extraordinãria da entidade foi convocada e instalada na segunda-feira (15/1) para â??prestar informaã§ã£es acerca das medidas adotadas e estratãgias a serem seguidas por conta de retaliaã§ã£es sofridas por membros do Ministã©rio Pãºblico em virtude do exercãcio de suas funã§ã£es na comarca de Magã© e votar as medidas a serem adotadas junto ã imprensaâ?•. Como resoluã§ã£o da assemblã©ia, uma aã§ã£o por crime contra a honra foi ajuizada

Nesta quinta-feira (18/1), a Amperj publicou nota oficial no *O Globo*, no mesmo espaãço ocupado pelo informe publicitãrio de defesa da prefeita. Na nota, o MP diz que â??as agressães veiculadas constituem evidente retaliaã§ã£o ã atuaã§ã£o firme do Ministã©rio Pãºblico, sendo absolutamente inverossãmeis e caluniosas. Tanto assim, que os fatos ventilados nos informes publicitãrios, apesar de rigorosamente apurados pela Corregedoria e pela Procuradoria-Geral de Justiãsa, foram definitivamente arquivadosâ?•.



A entidade ainda reafirma que Nãbia Ã© acusada de nepotismo, de desviar R\$ 91 milhÃ¶es, propaganda pessoal com uso de dinheiro pãºblico e contrataÃ§Ã¶es irregulares. Num outro documento, diz que â??as aÃ§Ã¶es civis pãºblicas propostas contra a prefeita de Magã© e subscritas por diversos promotores de Justiã§a sã£o fruto de criteriosa atividade investigativa, impulsionada por mais de 1.100 denãºncias endereã§adas por populares Ã Ouvidoria-Geral do Ministã©rio Pãºblicoâ?•.

Antes disso, a Associaã§ã£o Nacional dos Procuradores da Repãºblica (ANPR) tambã©m jã; tinha rebatido a crãtica. Em nota divulgada para a imprensa, a associaã§ã£o lamentou e refutou as acusaã§Ã¶es. â??A ANPR reitera sua certeza na atuaã§ã£o responsã;vel e impessoal dos membros do Ministã©rio Pãºblico, em defesa dos valores fundamentais da Repãºblica, o que faz dessa instituiã§ã£o uma das mais respeitadas do paÃs.â?•

## Leia a Nota do MP-RJ

### Associaã§ã£o do Ministã©rio Pãºblico do Estado do Rio de Janeiro

#### NOTA PãºBLICA

Nas Ãºltimas duas semanas, o Ministã©rio Pãºblico do Estado do Rio de Janeiro tornou-se alvo de ataques perpetrados pela Prefeita da cidade de Magã©, Senhora Nãbia Cozzolino, por meio de â??informes publicitã;riosâ?• pagos com dinheiro pãºblico e veiculados em jornais de grande circulaã§ã£o no Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, outras formas de ataques tambã©m tãºm sido deflagradas contra membros do Ministã©rio Pãºblico nos Ãºltimos meses, por conta de sua atuaã§ã£o no municãpio de Magã©.

O Ministã©rio Pãºblico tem a funã§ã£o constitucional da defesa do erã;rio e da moralidade administrativa, zelando para que aqueles que ocupam cargos pãºblicos exerã§am suas funã§Ã¶es em conformidade com os princãpios constitucionais e a legislaã§ã£o em vigor. Nã£o raro, alguns agentes polãticos sentem-se acuados pela atuaã§ã£o firme e destemida de Promotores e Procuradores de Justiã§a, passando a atacã;-los pessoalmente, na inocultã;vel intenã§ã£o de inibir a atuaã§ã£o de todo o Ministã©rio Pãºblico.

As aÃ§Ã¶es civis pãºblicas de improbidade administrativa propostas contra a prefeita de Magã© e subscritas por diversos Promotores de Justiã§a sã£o fruto de criteriosa atividade investigativa, impulsionada por mais de 1.100 denãºncias endereã§adas por populares Ã Ouvidoria-Geral do Ministã©rio Pãºblico, robustecidas pelo testemunho de inãºmeras pessoas e confirmadas por centenas de documentos.



As acusações em face da Prefeita de Magé resumem-se à prática de nepotismo, com a contratação de dezenas de parentes para cargos municipais sem o devido concurso público; malversação de verbas públicas, inclusive com o desvio de 91 milhões de reais sem a devida autorização legislativa; propaganda pessoal com uso de dinheiro público; contratações irregulares, dentre outras, cujos processos são públicos e estão à disposição de todos.

As agressões veiculadas constituem evidente retaliação à atuação firme do Ministério Público, sendo absolutamente inverossímeis e caluniosas. Tanto assim, que os fatos ventilados nos informes publicitários, apesar de rigorosamente apurados pela Corregedoria e pela Procuradoria-Geral de Justiça, foram definitivamente arquivados.

Da mesma forma, em razão da natureza caluniosa das matérias pagas publicadas, o Procurador-Geral de Justiça ofereceu, no último dia 12 de janeiro, denúncia criminal em face da Sra. Nábia Cozzolino pela prática de crimes contra a honra.

Para reafirmar o repúdio de Promotores e Procuradores de Justiça às retaliações sofridas, comunicamos a realização, no próximo dia 19 de janeiro, às 10h, na sede desta entidade de classe, sessão solene de DESAGRAVO, com a presença do Deputado Federal Antônio Carlos Biscaia que discursará em favor dos corajosos Promotores de Justiça atacados, bem como do próprio Ministério Público.

Por fim, esclarecemos a sociedade, a quem o Ministério Público serve única e exclusivamente, que a atuação ministerial, por meio de qualquer um de seus Promotores e Procuradores de Justiça, continuará, sem qualquer recuo ou intimidação, pois, nos dizeres de Martin Luther King Jr.:  
*“O que mais preocupa não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons”.*

**Eduardo Gussem**

Presidente